

PLANO OPERACIONAL DAS AÇÕES DE CONTROLE – POAC

Exercício 2022

Plano Operacional das Ações de Controle - POAC consolida os levantamentos de informações, os critérios de hierarquização das ações de controle, os processos críticos e o dimensionamento da força de trabalho disponível para o exercício de 2022, em consonância com a Portaria 40/2021 - CGE.

FEVEREIRO/2022

CONTROLE DAS ALTERAÇÕES

Versão	Data versão	Responsável	Descrição das Alterações
1	15/02/2022	Adriano Abreu de Castro Cláudio Martins Correia Djalma Resende Júnior Elisabete Fernandes Ribeiro Ivo Cezar Vilela Jean Marck Barbosa Luis Henrique Crispim Margareth Moreira Stella Maris Husni Franco	Versão 001.2022

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
METAS E PRODUTOS	13
TABELA 1 - Entrega projetada por tempo médio e servidores no POAC/SCIC - 2022	15
QUADRO 1 - Plano Operacional da Superintendência de Auditoria - Gerência de Auditoria em Monitoramento	16
QUADRO 1 - Plano Operacional da Superintendência de Auditoria - Gerência de Auditoria em Compliance.....	18
QUADRO 1 - Plano Operacional da Superintendência de Auditoria - Gerência de Auditoria de Programas de Governo	25
QUADRO 2 - Plano Operacional da Superintendência de Inspeção - Gerência de Inspeção Preventiva e Fiscalização.....	30
QUADRO 2 - Plano Operacional da Superintendência de Inspeção - Gerência de Inspeção de Contas .	34
QUADRO 3 - Plano operacional do Grupo Especial de Auditoria e Inspeção em Contratos - GEAIC	36
QUADRO 4 – Ações sugeridas pelos Stakeholders e incorporadas ao POAC	39
ANEXO I - PLANO DE IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA MONITORAMENTO TOTAL	
ANEXO II - PLANO OPERACIONAL DA GERÊNCIA DE AUDITORIA DE MONITORAMENTO	
ANEXO III - PLANO OPERACIONAL DA GERÊNCIA DE AUDITORIA EM COMPLIANCE	
ANEXO IV - PLANO OPERACIONAL DA GERÊNCIA DE AUDITORIA DE PROGRAMAS DE GOVERNO	
ANEXO V - PLANO OPERACIONAL DA GERÊNCIA DE INSPEÇÃO PREVENTIVA E FISCALIZAÇÃO	
ANEXO VI = PLANO OPERACIONAL DA GERÊNCIA DE INSPEÇÃO DE CONTAS	
ANEXO VII - PLANO OPERACIONAL DO GRUPO ESPECIAL DE AUDITORIA E INSPEÇÃO DE CONTRATOS	
ANEXO VIII - AÇÕES DOS STAKEHOLDERS	

COLABORADORES

SECRETÁRIO CHEFE DA CGE

Henrique Moraes Ziller

SUBCONTROLADORA DE CONTROLE INTERNO E CORREIÇÃO

Stella Maris Husni Franco

ASSESSORIA DE HARMONIZAÇÃO E GESTÃO ESTRATÉGICA

Antônio Fábio Jubé Ribeiro

SUPERINTENDENTE DE AUDITORIA

Luis Henrique Crispim

SUPERINTENDENTE DE INSPEÇÃO

Cláudio Martins Correia

GERÊNCIAS:

GERÊNCIA DE INSPEÇÃO PREVENTIVA E FISCALIZAÇÃO

Ivo Cezar Vilela

GERÊNCIA DE INSPEÇÃO DE CONTAS

Jean Marck Barbosa

GERÊNCIA DE MONITORAMENTO

Margareth Moreira

GERÊNCIA DE AUDITORIA EM COMPLIANCE

Adriano Abreu de Castro

GERÊNCIA DE AUDITORIA DE PROGRAMAS DE GOVERNO

Elisabete Fernandes Ribeiro

GRUPO ESPECIAL DE AUDITORIA E INSPEÇÃO EM CONTRATOS

Djalma Resende Júnior

APRESENTAÇÃO

O presente Plano Operacional das Ações de Controle – POAC, tal como definido no Capítulo V – Seção I da Portaria 40/2021 – CGE, consiste na consolidação dos levantamentos de informações, na utilização de critérios de hierarquização das ações de controle, nos processos críticos, no dimensionamento da força de trabalho e horas de trabalho disponíveis e na definição do tipo de planejamento a ser utilizado, em consonância com as diretrizes da área de controle interno da CGE.

Apresenta-se como um instrumento gerencial, direcionador das ações de controle planejadas para o exercício de 2022, pautado nas diretrizes estratégicas da CGE, incluídas as auditorias e inspeções periódicas, baseada em consulta a stakeholders, materialidade, relevância, criticidade, efetividade e agregação de valor à gestão, inclusive para a inclusão das ações de controle, originalmente não programadas.

Dessa forma, o POAC foi construído em quatro etapas:

- (i) Análise Estratégica - consulta das necessidades e preocupações dos Stakeholders:
 - a) Consulta Pública da Sociedade;
 - b) Consulta às demandas mais recorrentes junto à Ouvidoria;
 - c) Consulta aos órgãos e entidades.
- (ii) Hierarquização e Categorização: priorização das ações de controle pelos critérios de materialidade, criticidade e relevância;
- (iii) Elaboração: descrição deste Plano com base no conjunto de elementos relevantes consultados e consolidados nas etapas anteriores;
- (iv) Discussão, Aprovação e Publicação: deliberação do Comitê Superior de Controle Interno e providências para a sua publicação.

As premissas básicas consideradas para construção do POAC: foram identificados os principais atores envolvidos (alta administração, Secretarias e entidades da administração pública, TCE, MP), com vistas ao cumprimento da primeira etapa, bem como posteriormente consulta aos stakeholders, incluindo consulta popular a sociedade, quanto às eventuais necessidades e preocupações.

Já na segunda etapa, a hierarquização e categorização foi realizada por meio de priorização e seleção dos objetos auditáveis das áreas que realizam auditoria e inspeções na CGE

além da utilização da consulta aos stakeholders (partes interessadas), da consulta popular, foram baseadas na priorização dos órgãos e entidades.

Para priorizar e categorizar os órgãos e entidades foi utilizada uma pesquisa de informações nas seguintes dimensões:

- valor do orçamento dos órgãos;
- valor do Investimento realizado pelos órgãos;
- multiplicidade das fontes de recursos;
- exposição pública (interesse público, visibilidade, valor);
- mudanças organizacionais nos órgãos;
- número de servidores dos órgãos;
- localização geográfica (descentralização / desconcentração administrativa); e
- data das fiscalizações anteriores realizadas nos órgãos.

Estes critérios estão melhores detalhados abaixo no Quadro I, com a composição de escalas de cada um deles com o propósito de graduar e classificar os órgãos com maiores notas a fim de priorizar as ações de controle.

Quadro I - Fatores de Riscos para priorização de órgãos e entidades

Materialidade		Investimento		Outras Fontes de Recursos (% em relação ao "Tesouro")*		Exposição Pública		Mudanças Organizacionais		Número de Servidores		Localização Geográfica		Data da última fiscalização	
<= 40 milhões	1	<= 1,5 milhões	1	<= 5%	1	Inter. Púb Baixo; Vis. Baixa; Fin. Baixo	1	Não mudou nos últimos 2 anos	1	<= 500	0,2	Todos servidores na sede única	0,2	< 6 meses	1
> 40 milhões e <= 100 milhões	2	> 1,5 milhões e <= 4 milhões	2	> 5% e <= 10%	2	Inter. Púb Médio; Vis. Baixa; Fin. Baixo	2	Poucas mudanças nos últimos 2 anos	2	> 500 e <= 2.000	0,4	Sede única, parte pessoal em campo	0,4	Entre 6 meses e 1 ano	2
> 100 milhões e <= 250 milhões	3	> 4 milhões e <= 10 milhões	3	> 10% e <= 20%	3	Inter. Púb Alto; Vis. Média; Fin. Médio	3	1 ou + mudanças importantes últimos 2 anos	3	> 2.000 e <= 5.000	0,6	Até 5 unidades descentralizadas	0,6	Entre 1 e 2 anos	3
> 250 milhões e <= 1 bilhão	4	> 10 milhões e <= 25 milhões	4	> 20% e <= 30%	4	Inter. Púb Alto; Vis. Alta; Fin. Médio	4	1 ou + mudanças importantes no último ano	4	> 5.000 e <= 10.000	0,8	Até 30 unidades descentralizadas	0,8	Entre 2 e 3 anos	4
> 1 bilhão	5	> 25 milhões	5	> 30%	5	Inter. Púb Alto; Vis. Alta; Fin. Alto	5	Alteração ampla na estrutura (op., pess. ou fin.)	5	> 10.000	1	Mais de 30 unidades descentralizadas	1	Mais que 3 anos	5

Por certo, dentro destas dimensões há o entendimento da gestão (universo de auditoria) por evidenciar vários fatores de riscos, como: financeiro, orçamentário, fontes de recursos, gestão, área de pessoal, estrutura organizacional, política pública etc.

Assim os órgãos e entidades foram classificados conforme Quadro II abaixo:

Quadro II - Classificação dos órgãos e entidades

Código	Unidade Gestora	Sigla	Materialidade	Investimento	Outras Fontes de Recursos (% em relação ao "Tesouro")*	Exposição Pública	Mudanças Organizacionais	Número de Servidores	Localização Geográfica	Data da última fiscalização	Total de Fatores de Risco do Órgão / Entidade	Ranking
2400	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO	SEDUC	5,00	5,00	5,00	5,00	4,00	1,00	1,00	1,00	27,0	1º
3163	AGÊNCIA GOIANA DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES	GOINFRA	5,00	5,00	5,00	5,00	4,00	0,40	0,40	1,00	25,8	2º
2192	SANEAMENTO DE GOIÁS S/A	SANEAGO	5,00	5,00	5,00	5,00	2,00	0,80	1,00	1,00	24,8	3º
2800	SECRETARIA DA SAÚDE	SES	5,00	5,00	5,00	5,00	2,00	0,80	1,00	1,00	24,8	3º
1800	SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO	SEAD	4,00	5,00	5,00	3,00	4,00	0,60	0,80	1,00	23,4	5º
3194	AGÊNCIA GOIANA DE HABITAÇÃO S/A	AGEHAB	4,00	5,00	5,00	4,00	4,00	0,20	0,20	1,00	23,4	5º
3000	SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	SEDS	4,00	5,00	5,00	5,00	1,00	0,40	0,80	2,00	23,2	7º
2902	POLÍCIA MILITAR	PM	5,00	5,00	1,00	5,00	4,00	1,00	1,00	1,00	23,0	8º
1700	SECRETARIA DE ESTADO DA ECONOMIA	ECONOMIA	5,00	5,00	3,00	5,00	2,00	0,60	1,00	1,00	22,6	9º
2961	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO	DETRAN	4,00	5,00	5,00	5,00	1,00	0,40	1,00	1,00	22,4	10º
4200	SECRETARIA DE ESTADO DA RETOMADA	RETOMADA	3,00	5,00	5,00	4,00	4,00	0,20	0,20	1,00	22,4	10º
2900	SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA	SSP	4,00	5,00	5,00	4,00	2,00	0,40	0,20	1,00	21,6	12º
3300	SECRETARIA DE ESTADO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS	SIC	3,00	3,00	5,00	4,00	5,00	0,20	0,20	1,00	21,4	13º
3200	SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO.	SEAPA	3,00	5,00	5,00	3,00	4,00	0,20	0,20	1,00	21,4	13º
2903	CORPO DE BOMBEIROS MILITAR	CBM	4,00	4,00	2,00	5,00	3,00	0,60	1,00	1,00	20,6	15º

2906	DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA	DGAP	4,00	4,00	2,00	5,00	3,00	0,60	0,80	1,00	20,4	16º
3100	SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO	SEDI	3,00	5,00	5,00	2,00	3,00	0,20	0,60	1,00	19,8	17º
2904	POLÍCIA CIVIL	DGPC	4,00	4,00	1,00	5,00	3,00	0,60	1,00	1,00	19,6	18º
3162	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS	UEG	4,00	5,00	1,00	3,00	4,00	0,40	1,00	1,00	19,4	19º
2100	SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	SEMAD	3,00	3,00	5,00	4,00	2,00	0,20	0,40	1,00	18,6	20º
3193	METROBUS TRANSPORTE COLETIVO S/A - METROBUS	METROBUS	3,00	1,00	5,00	4,00	3,00	0,20	0,40	2,00	18,6	20º
1761	AGÊNCIA GOIANA DE REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS - AGR	AGR	2,00	1,00	5,00	4,00	4,00	0,20	0,40	1,00	17,6	22º
2196	CELG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A.	GCELGGT	4,00	5,00	1,00	4,00	2,00	0,20	0,40	1,00	17,6	22º
3361	GOIÁS TURISMO - AGÊNCIA ESTADUAL DE TURISMO	GOIAS TURISMO	1,00	3,00	5,00	2,00	1,00	0,20	0,20	5,00	17,4	24º
3261	AGÊNCIA GOIANA DE DEFESA AGROPECUÁRIA	AGRODEFESA	3,00	2,00	4,00	3,00	3,00	0,40	0,80	1,00	17,2	25º
3262	AGÊNCIA GOIANA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA, EXTENSÃO RURAL E PESQUISA AGROPECUÁRIA	EMATER	3,00	3,00	3,00	3,00	2,00	0,40	0,80	2,00	17,2	25º
1861	INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE GOIÁS	IPASGO	5,00	2,00	1,00	2,00	4,00	0,20	1,00	2,00	17,2	25º
1762	GOIÁS PREVIDÊNCIA	GOIASPREV	5,00	1,00	5,00	2,00	1,00	1,00	0,20	1,00	16,2	28º
2500	SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA	SECULT	3,00	2,00	5,00	2,00	2,00	0,20	0,40	1,00	15,6	29º
2600	SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER	SEEL	2,00	2,00	5,00	2,00	3,00	0,20	0,40	1,00	15,6	29º
3391	COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE GOIÁS	CODEGO	1,00	5,00	1,00	2,00	5,00	0,20	0,40	1,00	15,6	29º
1400	PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO	PGE	3,00	2,00	3,00	1,00	4,00	0,20	0,40	1,00	14,6	32º
1900	SECRETARIA DO GOVERNO	SEGOV	2,00	5,00	3,00	1,00	1,00	0,20	0,20	1,00	13,4	33º

3161	FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE GOIÁS	FAPEG	2,00	4,00	2,00	2,00	1,00	0,20	0,20	2,00	13,4	33º
1500	CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO	CGE	2,00	1,00	1,00	1,00	2,00	0,20	0,40	5,00	12,6	35º
3390	AGÊNCIA DE FOMENTO DE GOIÁS S/A	GOIAS FOMENTO	1,00	3,00	1,00	2,00	4,00	0,20	0,40	1,00	12,6	36º
1261	AGÊNCIA BRASIL CENTRAL	ABC	2,00	1,00	4,00	1,00	2,00	0,20	0,40	1,00	11,6	37º
2890	INDÚSTRIA QUÍMICA DO ESTADO DE GOIÁS	IQUEGO	1,00	1,00	5,00	1,00	2,00	0,20	0,20	1,00	11,4	38º
1300	VICE-GOVERNADORIA	VICE	1,00	1,00	1,00	1,00	2,00	0,20	0,20	5,00	11,4	38º
3290	CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE GOIÁS S/A	CEASA	1,00	2,00	1,00	2,00	3,00	0,20	0,20	2,00	11,4	38º
1600	SECRETARIA DA CASA MILITAR	SECM	2,00	1,00	1,00	1,00	3,00	0,20	0,60	2,00	10,8	41º
4000	SECRETARIA-GERAL DA GOVERNADORIA	SGG	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	0,20	0,60	5,00	10,8	41º
1200	SECRETARIA DE ESTADO DE COMUNICAÇÃO	SECOM	3,00	1,00	1,00	1,00	3,00	0,20	0,20	1,00	10,4	43º
3191	GOIÁS TELECOM	GOIAS TELECOM	1,00	1,00	5,00	1,00	1,00	0,20	0,20	1,00	10,4	43º
3362	JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE GOIÁS	JUCEG	1,00	1,00	1,00	2,00	1,00	0,20	0,80	2,00	9,0	45º
1100	SECRETARIA DA CASA CIVIL	SECC	1,00	1,00	1,00	1,00	2,00	0,20	0,20	1,00	7,4	46º
3392	COMPANHIA DE INVESTIMENTO E PARCEIRIAS DO ESTADO DE GOIÁS	GOIAS PARCEIRIAS	1,00	1,00	1,00	1,00	2,00	0,20	0,20	1,00	7,4	46º
3190	AGÊNCIA GOIANA DE GÁS CANALIZADO S/A	GOIASGAS	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	0,20	0,20	1,00	6,4	48º

Para a terceira etapa, “elaboração”, as áreas de Auditoria e Inspeção da SCIC elaboraram “Planos de Implementação” que detalham cada ação de controle programada para o exercício de 2022.

Dentre estes planos, foi elaborado o Projeto Monitoramento Total (PMT), que propõe acompanhamento sistemático e concomitante de toda execução orçamentária estadual e outras formas de execução de recursos, inclusive incentivos fiscais, renúncias, captações, dentre outros.

O PMT também prevê ações de Auditoria e Inspeção estruturadas na Portaria 40/2021-CGE, e definidas pelo IPPF (International Professional Practices Framework – Estrutura Internacional de Práticas Profissionais) e pelo PIC (Public Internal Control – Controle Interno Público).

Em continuidade, o Ofício Circular 84/2021-CGE (000023917976 SEI) foi encaminhado aos stakeholders, com o fim de oportunizar a manifestação e ouvir suas demandas. Após a análise das demandas encaminhadas, que levou em consideração a materialidade, criticidade, relevância e temporalidade e, ainda, se continham as informações suficientes para a definição quanto à inclusão (ou não) no POAC, incluiu-se neste planejamento a previsão de fiscalização em demandas, elencadas neste planejamento no “QUADRO 4 – Ações sugeridas pelos Stakeholders e incorporadas ao POAC”.

Assim, este Plano Operacional das Ações de Controle – POAC integra as ações já legalmente formalizadas a um Órgão Central do Sistema de Controle Interno, com a proatividade do controle prévio e a interação com os demais órgãos, com o fim de aprimorar a Gestão Pública Estadual. E se materializa com a junção dos “Planos de Implementação” revisados após manifestação dos stakeholders. (Vide Anexo I ao VIII).

Para uma melhor efetividade na gestão de riscos aos contratos, foi instituído no âmbito da CGE o Grupo Especial de Auditoria e Inspeção de Contratos (GEIAC), através da Portaria 120/2020, o qual avaliará a eficácia dos controles administrativos, garantindo adequada entrega dos produtos e serviços pactuados, emitindo também recomendações técnicas aos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual.

Em suma, este POAC propõe melhorar a atuação preventiva dos órgãos e entidades e aperfeiçoar os gastos públicos, avaliando a qualidade e a gestão dos serviços prestados. Para tanto irá:

- Modernizar técnicas de auditoria, com base nas boas práticas de governança corporativa, cujo foco é agregar valor à gestão, com responsabilidade dos órgãos gestores e, por consequência, combater a improbidade, os desvios e a corrupção;

- Desenvolver serviços consultivos e avaliativos no gerenciamento de riscos aos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual, sedimentando a cultura e o fortalecimento da governança;
- Dar continuidade ao processo de expansão da gestão de riscos nos 44 órgãos e entidades do Estado, com implementação de modelo de monitoramento contínuo do gerenciamento de riscos;
- Aperfeiçoar a gestão pública, com a produção de informações tempestivas, que possam subsidiar os gestores públicos na tomada de decisão, de sorte a reduzir falhas e irregularidades no âmbito das análises efetivadas pela CGE em suas ações de controle;
- Monitorar adequadamente as Solicitações de Ações Corretivas – SAC (s) para garantir a efetividade nas ações de controle realizadas, aumentando o índice de atendimento das recomendações relativas a falhas graves;
- Atuar preventivamente em relação às licitações e aos processos de contratação de BENS e SERVIÇOS, encaminhados por deliberação da Câmara de Gestão de Gastos ou, ainda, escolhidos em painéis gráficos gerados internamente nesta CGE, de sorte a se verificar durante o processo de contratação fatos que possam contribuir para uma gestão com eficiência e economicidade na aplicação dos recursos públicos e, se for o caso, recomendar aprimoramento no processo de contratação, com vistas a qualificar melhor os gastos, evitando prejuízos e potencializando economias;
- Propiciar a análise tempestiva da execução de contratos de forma geral, no decorrer da vigência contratual, visando eventuais medidas corretivas, quer seja por meio de alterações contratuais, retenções cautelares ou ajustes na execução física do objeto contratado;
- Promover a integração dos sistemas corporativos do Estado de Goiás, e que esta integração seja realizada de maneira a evitar o retrabalho de servidores na execução de suas tarefas, otimizando as ações de inspeção;
- Implementar quanto à Folha de Pagamento, as melhorias já consolidadas em 2021, tendo em vista o monitoramento eletrônico ora consolidado, tendo para 2022 análises pontuais das situações funcionais e financeiras dos servidores;
- Aprimorar painel gráfico, a partir da integração dos sistemas corporativos, que auxilie na escolha dos processos mais relevantes a serem inspecionados, bem como, o acompanhamento das despesas relativa ao Fundo Protege, com base em critérios de seleção pré-definidos, considerando os riscos, bem com potencial de maior dano ao Erário;

METAS E PRODUTOS

O Plano Operacional das Ações de Controle – POAC tem como objetivo o Monitoramento Total dos recursos orçamentários e outras formas de execução de recursos (inclusive incentivos fiscais, renúncias, captações). Trabalha com três premissas básicas: (i) visão geral do governo, (ii) tempestividade e (iii) foco na utilidade e nos resultados.

São abarcadas pelo projeto: (i) as despesas licitadas e/ou contratuais; (ii) a folha de pagamentos; (iii) as contas anuais dos órgãos e entidades; (iv) as prestações de contas de convênios, dos termos de parceria, dos contratos de gestão e congêneres; (v) o monitoramento da situação fiscal e das solicitações de ações corretivas; (vi) as auditorias baseadas em riscos, e (vii) as auditorias de programas.

As inspeções dos processos licitatórios contribuem com a melhoria da gestão governamental, pois aumentam e protegem o valor organizacional das instituições públicas, aprimoram os controles internos e geram informações preventivas e oportunas, que por sua vez subsidiam o processo decisório dos órgãos e entidades examinados.

As inspeções de pessoal e folha de pagamento avaliam a conformidade e propiciam o aperfeiçoamento da gestão e do controle dos gastos com pessoal, por meio da análise e do monitoramento eletrônico de pagamentos, do exame de regulamentos de contratação de pessoal das Organizações Sociais (OS's) e, de forma residual, rubricas constantes do RHNet, bem como mediante proposição de recomendações.

As Auditorias baseadas em Risco avaliam a efetividade da Gestão de Riscos implantada pelos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual, ao mesmo tempo que possibilitam o fornecimento de razoável garantia à alta gestão – proporcional ao apetite por riscos definido para cada organização – e visam atingir os objetivos estratégicos propostos pela Administração Central. Estas são pautadas em normas internacionais da IPPFs e no modelo IA-CM, sendo que existe previsão de trabalhos com esta metodologia específica para este ano.

As Auditorias de Programas focam na análise e avaliação do desempenho de uma política pública – programa, ação ou projeto governamental – no todo ou em partes, culminando na formulação de recomendações construtivas às Pastas auditadas e à entrega de benefícios ao cidadão, com estratégias em bases operacionais, também pautadas em normas internacionais da IPPFs e no modelo IA-CM.

A auditoria nos Processos de Trabalhos objetiva a avaliação e melhoria da eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança.

Assim, a Controladoria-Geral do Estado poderá contribuir para “evitar o desperdício do dinheiro público e combater a corrupção de agentes públicos e privados para levar mais serviços e infraestrutura aos cidadãos goianos”.

O POAC será desenvolvido pela Subcontroladoria de Controle Interno e Correição da CGE (SCIC). Para tanto, conta com 2 (duas) áreas distintas: Superintendência de Auditoria e Superintendência de Inspeção.

A Superintendência de Auditoria é estruturada em 3 (três) unidades:

- Gerência de Monitoramento: atua no monitoramento sobre cumprimento de SAC’S, com foco nas “falhas graves”.
- Gerência de Auditoria em Compliance: atua em ABR sobre a evolução da maturidade e do plano de tratamento de riscos dos órgãos e entidades. Para este exercício, o monitoramento do ranking de Compliance será tratado através de avaliações intermediárias (parciais), para acompanhamento das atividades desenvolvidas nos órgãos / entidades.
- Gerência de Auditoria de Programas de Governo: atua na auditoria de conformidade sobre áreas, processos ou sistemas, bem como na avaliação de Programas e Ações prioritárias.

Superintendência de Inspeção, também se estrutura em 3 (três) unidades:

- Gerência de Inspeção Preventiva e Fiscalização: atua na Despesa Contratual - exceto folha de pagamentos e outras formas de execução – convênios, termos de colaboração, de fomento, contratos de gestão, outros;
- Gerência de Inspeção de Contas: atua nas contas anuais dos órgãos e entidades e Monitoramento da situação fiscal – do cumprimento de requisitos da LRF, de restos a pagar, de despesas de exercícios anteriores, da dívida, da despesa do exercício.
- O Grupo Especial de Auditoria e Inspeção de Contratos: a atuação do grupo tem como objetivo realizar ações de controle integradas, seja inspeção, auditoria ou consultoria, sobre a gestão, fiscalização e execução contratual no âmbito do Poder Executivo do Estado de Goiás.

TABELA 1 - Entrega projetada por tempo médio e servidores no POAC/SCIC - 2022

TIPO DE CONTROLE	QTDE DE SERVIDORES	TOTAL DE HORAS ÚTEIS	TEMPO MÉDIO DE EXECUÇÃO (h)	QTDE DE AÇÕES
Inspeção de contas	11	18.913	26,5	713
Inspeção de Acompanhamento de Gestão	9	15.744	262	60
Inspeção de Acompanhamento de Gestão/Inspeção de Pessoal	9	15.360	47	330
Auditoria em Contratos	2	3.184	35	90
Inspeção de Acompanhamento de Gestão em Contratos	6	9.300	388	24
Consultoria em Contratos	5	4388	258	17
Auditoria de Programas de Governo	3	4.240	202	21
Auditoria de Monitoramento	1	944	8	117
Consultoria em Gestão de Riscos	20	25.830	32	756
Monitoramento em Gestão de Riscos	5	6.342	32	201
Auditoria de Monitoramento	4	6.592	52	127
TOTAL	75	110.837		2.456

QUADRO 1 - Plano Operacional da Superintendência de Auditoria - Gerência de Auditoria em Monitoramento

PLANO OPERACIONAL DA SUBCONTROLADORIA DE CONTROLE INTERNO E CORREIÇÃO – EXERCÍCIO 2022

SUPERINTENDÊNCIA DE AUDITORIA

1 – Gerência de Auditoria em Monitoramento

AÇÃO	OBJETIVO	ESCOPO (Finalidade)	TIPIFICAÇÃO	ENTREGA	QUANTIDADE E DE SERVIDORES PLANEJADOS	QUANTIDADE E TOTAL DE HORAS ÚTEIS PLANEJADAS	TEMPO MÉDIO DE EXECUÇÃO PLANEJADA	QUANTIDADE E PLANEJADA ANUAL TOTAL
Auditoria de Monitoramento	Monitorar o cumprimento das recomendações expedidas nas Solicitações de Ação Corretiva (SAC's) e os Informativos de Ação de Controle (IAC's), expedidas pela Controladoria Geral do Estado.	Efetivação de monitoramento do cumprimento das recomendações das ações de controle emitidas em relação às "falhas graves", selecionadas por intermédio de análise individualizada de custo e benefício de monitoramento (relevância, criticidade, materialidade e oportunidade).	Obrigatórias	Informe de Auditoria de Monitoramento	2	2.472	62	30
Auditoria de Monitoramento	Monitorar o cumprimento das recomendações em contratos/licitações e chamamentos públicos, expedidas pela Controladoria Geral do Estado.	Efetivação de monitoramento do cumprimento das recomendações emitidas em inspeções em contratos/licitações e chamamentos públicos.	Obrigatórias	Relatório de Ação de Controle - REAC	2	2.472	27	90

Auditoria de Monitoramento	Monitorar o cumprimento das determinações e recomendações emitidas pelo Tribunal de Contas do Estado de Goiás, mediante o Parecer Prévio das Contas Anuais do Governador.	Efetivação de monitoramento do cumprimento das determinações e recomendações do TCE/GO, referentes à prestação de Contas do Governador.	Obrigatórias	Plano de Ação / Despacho	1	824	137	6
Auditoria de Monitoramento	Monitorar o cumprimento dos Termos de Ajustamento de Gestão (TAG's) firmados entre a Controladoria Geral do Estado e os Órgãos e Entidades.	Efetivação de monitoramento do cumprimento das determinações e recomendações expostas em Termo de Ajustamento de Gestão, que é um instrumento consensual com vistas a cessar a prática de atos objeto do não atendimento de recomendações decorrentes de falhas graves ou classificados como de maior relevância e risco.	Desejável	Termo de Ajustamento de Gestão - TAG	1	824	824	1

QUADRO 1 - Plano Operacional da Superintendência de Auditoria - Gerência de Auditoria em Compliance

PLANO OPERACIONAL DA SUBCONTROLADORIA DE CONTROLE INTERNO E CORREIÇÃO – EXERCÍCIO 2022

SUPERINTENDÊNCIA DE AUDITORIA

2 - Gerência de Auditoria em Compliance

AÇÃO	OBJETIVO	ESCOPO	TIPIFICAÇÃO	ENTREGA	QUANT. SERVIDORES	QUANT. TOTAL DE HORAS ÚTEIS	TEMPO MÉDIO D E EXECUÇÃO	AÇÕES DE CONTROLE A REALIZAR
Planejamento	Planejar as atividades da GEAC para 2022	1. Planejamento das atividades de 2022	Obrigatória	Plano Operacional das Ações de Controle 2022 (POAC) publicado	3	483	161	1
Consultoria	Realizar a consultoria de gestão de riscos corporativa e de projetos nos órgãos e entidades do poder Executivo Estadual, nos municípios e em outros entes	2.1 Publicação e disseminação do manual de gestão de riscos	Obrigatória	Manual revisado, publicado e disseminado	2	250	125	1
Consultoria	Realizar a consultoria de gestão de riscos corporativa e de projetos nos órgãos e entidades do poder Executivo Estadual, nos municípios e em outros entes	2.2 Avaliação / Revisão dos critérios de maturidade	Essencial	Crterios de maturidade revisados	2	263	132	1

Consultoria	Realizar a consultoria de gestão de riscos corporativa e de projetos nos órgãos e entidades do poder Executivo Estadual, nos municípios e em outros entes	2.3 Elaboração / revisão de modelos de produtos da gestão de riscos	Essencial	Produtos da gestão de riscos atualizados e divulgados	6	1054	176	12
Consultoria	Realizar a consultoria de gestão de riscos corporativa e de projetos nos órgãos e entidades do poder Executivo Estadual, nos municípios e em outros entes	2.4 Capacitação de servidores públicos municipais e de outros entes sobre temas relacionados ao Compliance Público	Obrigatória	Aulas sobre temas relacionados ao Compliance Público gravadas e disponibilizadas ao MP e aos municípios (PCM).	3	191	64	57
Consultoria	Realizar a consultoria de gestão de riscos corporativa e de projetos nos órgãos e entidades do poder Executivo Estadual, nos municípios e em outros entes	2.5 Capacitação dos assessores e consultores (capacitação anual prevista pelo IA-CM)	Obrigatória	Servidores capacitados	24	1200	50	24
Consultoria	Realizar a consultoria de gestão de riscos corporativa e de projetos nos órgãos e entidades do poder Executivo Estadual, nos municípios e em outros entes	2.6 Capacitação dos servidores públicos estaduais em gestão de riscos	Essencial	Curso de GR da EGOV reformulado	3	133	44	1
Consultoria	Realizar a consultoria de gestão de riscos corporativa e de projetos nos órgãos e entidades do poder Executivo Estadual, nos municípios e em outros entes	2.6 Capacitação dos servidores públicos estaduais em gestão de riscos	Obrigatória	Servidores públicos capacitados com ênfase nos proprietários de riscos (90%)	3	101	34	200

Consultoria	Realizar a consultoria de gestão de riscos corporativa e de projetos nos órgãos e entidades do poder Executivo Estadual, nos municípios e em outros entes	2.7 Capacitação/ treinamento em 1º e 2º linha (IA-CM) para os membros da Secretaria Executiva ou Escritório de Compliance	Essencial	Oficinas de capacitação dos membros da Secretaria Executiva realizadas.	6	230	38	3
Consultoria	Realizar a consultoria de gestão de riscos corporativa e de projetos nos órgãos e entidades do poder Executivo Estadual, nos municípios e em outros entes	2.8 Elaboração dos relatórios do TCE relativos à implantação da gestão de riscos nas pastas que compõem as Contas Anuais	Obrigatória	Relatórios finalizados	10	329	33	45
Consultoria	Realizar a consultoria de gestão de riscos corporativa e de projetos nos órgãos e entidades do poder Executivo Estadual, nos municípios e em outros entes	2.9 Facilitação/ orientação da gestão de riscos em novos projetos, expansão para outras áreas e/ou melhorias nas áreas implantadas	Essencial	Relatório mensal de andamento da gestão de riscos em novos projetos, expansão da GR e/ou melhorias (remodelação) nas áreas implantadas preenchido	12	8745	729	12
Consultoria	Realizar a consultoria de gestão de riscos corporativa e de projetos nos órgãos e entidades do poder Executivo Estadual, nos municípios e em outros entes	2.10 Orientação sobre o preenchimento do relatório de Avaliação de Maturidade de Controle Interno (Resolução Normativa 6/2019 - TCE)	Obrigatória	Relatórios de Avaliação de Maturidade de Controle Interno preenchidos (12 relatórios por ano)	12	474	40	12

Consultoria	Realizar a consultoria de gestão de riscos corporativa e de projetos nos órgãos e entidades do poder Executivo Estadual, nos municípios e em outros entes	2.11 Orientação/ preenchimento do relatório de acompanhamento das deliberações do TCE e das recomendações dos órgãos do Sistema de Controle Interno para fins de prestação de contas anual	Obrigatória	Relatórios referentes às demandas do TCE e CGE para prestação de contas preenchidos	3	698	233	3
Consultoria	Realizar a consultoria de gestão de riscos corporativa e de projetos nos órgãos e entidades do poder Executivo Estadual, nos municípios e em outros entes	2.12 Orientação ao grupo de trabalho de gestão de riscos	Essencial	Reuniões semanais de orientação realizadas	24	1936	81	49
Consultoria	Realizar a consultoria de gestão de riscos corporativa e de projetos nos órgãos e entidades do poder Executivo Estadual, nos municípios e em outros entes	2.13 Orientação quanto aos critérios do ranking	Essencial	Órgãos orientados sobre os critérios do ranking	2	639	320	45
Consultoria	Realizar a consultoria de gestão de riscos corporativa e de projetos nos órgãos e entidades do poder Executivo Estadual, nos municípios e em outros entes	2.14 Orientação quanto ao preenchimento do questionário de maturidade em gestão de riscos	Essencial	Questionários de maturidade atualizados	12	1541	128	45
Consultoria	Realizar a consultoria de gestão de riscos corporativa e de projetos nos órgãos e entidades do poder Executivo Estadual, nos municípios e em outros entes	2.15 Orientação aos municípios do Estado de Goiás sobre o processo de gestão de riscos (PCM)	Essencial	Realização de oficinas sobre as etapas da gestão de riscos para os municípios	3	138	46	6
Consultoria	Realizar a consultoria de gestão de riscos corporativa e de projetos nos órgãos e entidades do poder Executivo Estadual, nos municípios e em outros entes	2.16 Apoio e acompanhamento da execução da pesquisa decorrente do Convênio CGE/UFG/FAPEG	Essencial	Dados para a execução do convênio coletados	7	184	26	1

Consultoria	Realizar a consultoria de gestão de riscos corporativa e de projetos nos órgãos e entidades do poder Executivo Estadual, nos municípios e em outros entes	2.17 Fomento à pesquisa sobre o tema Compliance Público	Desejável	Concurso de artigo científico realizado	3	316	105	1
Consultoria	Realizar a consultoria de gestão de riscos nos projetos prioritários e estratégicos de Governo	3.1 Orientação quanto à construção da matriz de riscos nos projetos prioritários e estratégicos	Essencial	Matrizes de riscos dos projetos prioritários e estratégicos concluídas	12	5584	465	31
Consultoria	Realizar a consultoria de gestão de riscos nos projetos prioritários e estratégicos de Governo	3.2 Apoiar o gerenciamento de riscos durante a execução dos projetos prioritários e estratégicos	Essencial	Relatório bimestral, conciso, do assessor quanto ao andamento e entraves (caso houver) na execução dos projetos prioritários e estratégicos de governo sob sua responsabilidade.	12	612	51	72
Avaliação	Realizar a avaliação da gestão de riscos corporativos e de projetos nos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual	4.1 Avaliação quadrimestral do gerenciamento de riscos nas pastas	Essencial	Notas Técnicas concisas, contendo o andamento da gestão de riscos na pasta.	12	1212	101	135

Avaliação	Realizar a consultoria de gestão de riscos corporativa e de projetos nos órgãos e entidades do poder Executivo Estadual, nos municípios e em outros entes	4.2 Feedback do processo de gestão de riscos ao Comitê Setorial de cada pasta - pelo menos 1 por ano	Desejável	Reuniões de feedback sobre o gerenciamento de riscos realizadas.	12	158	13	45
Avaliação	Realizar a avaliação da gestão de riscos corporativos e de projetos nos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual	4.3 Avaliação da maturidade em gestão de riscos dos órgãos/entidades, por meio de auditoria baseada em riscos	Obrigatória	Informe de auditoria baseado em riscos	8	3512	439	45
Avaliação	Realizar a avaliação da gestão de riscos corporativos e de projetos nos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual	4.4 Avaliação dos quesitos do ranking de Compliance Público	Obrigatória	Ranking do PCP concluídos	2	615	307	45
Avaliação	Realizar a avaliação da gestão de riscos corporativos e de projetos nos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual	4.5 Apoio e acompanhamento da execução de auditoria de conformidade em parceria com outras áreas da CGE	Essencial	Dados para a execução da auditoria coletados	4	373	93	4
Avaliação	Realizar a avaliação da gestão de riscos corporativos e de projetos nos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual	4.6 Construção do universo de auditoria	Essencial	Universos de auditoria finalizados	12	3424	285	12
Monitoramento	Realizar o monitoramento da evolução da gestão de riscos nos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual e Municípios	5.1 Monitoramento a execução e evolução da gestão de riscos	Essencial	Notas Técnicas quadrimestrais de monitoramento	10	3688	369	135
Monitoramento	Realizar o monitoramento da evolução da gestão de riscos nos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual e Municípios	5.2 Monitoramento dos resultados positivos da GR	Essencial	Relatório mensal dos resultados positivos	10	1054	105	12

Monitoramento	Realizar o monitoramento da evolução da gestão de riscos nos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual e Municípios	5.3 Realização de reuniões de feedback aos Municípios integrantes do PCM, em relação às ações da Trilha 6 (MR, Planos de ação e GR)	Desejável	Reuniões de feedback	8	1600	200	54
Assessoramento	Assessorar as atividades da GEAC e demais áreas da CGE	6.1 Operacionalização e manutenção do sistema Smartsheet	Essencial	Desenvolvimento de processos e elaboração de sistemas na Plataforma Smartsheet, envolvendo a assistência técnica contínua e orientação no uso da plataforma.	1	1202	1202	1
Assessoramento	Assessorar as atividades da GEAC e demais áreas da CGE	6.2 Assessoramento das atividades da GEAC	Essencial	Elaboração e encaminhamento de documentos, trâmite de processos, fechamento de frequência	1	1768	1768	1
Total					25	43.708		

QUADRO 1 - Plano Operacional da Superintendência de Auditoria - Gerência de Auditoria de Programas de Governo

PLANO OPERACIONAL DA SUBCONTROLADORIA DE CONTROLE INTERNO E CORREIÇÃO – EXERCÍCIO 2022

SUPERINTENDÊNCIA DE AUDITORIA

3 - Gerência de Auditoria de Programas de Governo

AÇÃO	OBJETIVO	ESCOPO (Finalidade)	TIPIFICAÇÃO	ENTREGA	QUANTIDADE DE SERVIDORES PLANEJADOS*	QUANTIDADE TOTAL DE HORAS ÚTEIS PLANEJADAS	TEMPO MÉDIO DE EXECUÇÃO PLANEJADA	QUANTIDADE PLANEJADA ANUAL TOTAL
Auditoria de Programas de Governo - conformidade	Verificar aspectos de conformidade e avaliar os controles internos na prestação de serviços pelo DETRAN-GO ao cidadão no exercício de 2020	Serviços: alteração de característica e alteração de característica SVD	Essencial	Informe de Auditoria	01	120	120	1
Auditoria de Programas de Governo - conformidade	Verificar aspectos de conformidade e avaliar os controles internos na prestação de serviços pelo DETRAN-GO ao cidadão no exercício de 2020	Serviços: 1ª via de CNH (permissão), CNH definitiva e renovação da CNH	Essencial	Matriz Integrada de Planejamento e Procedimento Informe de Auditoria	02	400	200	2

<p>Auditoria de Programas de Governo - conformidade</p>	<p>Avaliar a governança e os controles internos relativos ao Fundo de Proteção Social de Goiás - Protege</p>	<p>O escopo será definido na elaboração do planejamento individual da auditoria</p>	<p>Essencial</p>	<p>Relatório de Situação Documento de validação dos critérios Matriz de Riscos e Controles Matriz Integrada de Planejamento e Procedimento Informe de Auditoria</p>	<p>03</p>	<p>1320</p>	<p>440</p>	<p>5</p>
<p>Auditoria de Programas de Governo - conformidade</p>	<p>Avaliar os controles internos no processo de análise de prestações de contas final de bolsas e auxílios conduzidos pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás-FAPEG</p>	<p>O escopo será definido na elaboração do planejamento individual da auditoria</p>	<p>Desejável</p>	<p>Relatório de Situação Documento de validação dos critérios Matriz de Riscos e Controles Matriz Integrada de Planejamento e Procedimento Informe de Auditoria</p>	<p>03</p>	<p>1320</p>	<p>440</p>	<p>5</p>

<p>Auditoria de Programas de Governo - conformidade</p>	<p>Avaliar a legalidade e legitimidade do uso dos recursos do FEMA e os controles instituídos sobre a arrecadação das receitas que o compõe</p>	<p>O escopo será definido na elaboração do planejamento individual da auditoria</p>	<p>Essencial</p>	<p>Relatório de situação Documento de validação dos critérios Matriz de Riscos e Controles Matriz Integrada de Planejamento e Procedimento</p>	<p>03</p>	<p>648</p>	<p>216</p>	<p>4</p>
<p>Auditoria de Programas de Governo - operacional</p>	<p>Avaliar a eficiência das unidades hospitalares</p>	<p>O escopo será definido na elaboração do planejamento individual da auditoria</p>	<p>Essencial</p>	<p>Relatório de situação Documento de validação dos critérios Matriz de Riscos e Controles Matriz Integrada de Planejamento e Procedimento</p>	<p>02</p>	<p>432</p>	<p>216</p>	<p>4</p>

<p>Auditoria de Monitoramento</p>	<p>Auxiliar os órgãos e entidades responsáveis pela operacionalização dos Programas PRODUZIR e FOMENTAR (SIC, Sec. Economia e Goiás Fomento) a elaborar histórico individualizado dos débitos e pendências das empresas beneficiárias dos Programas e elaborar propostas de encaminhamento visando à efetivação da cobrança (Grupo de Trabalho instituído pela Portaria Intersecretarial nº 166/2021 – CGE)</p>	<p>Empresas com débitos e pendências nos Programas PRODUZIR e FOMENTAR</p>	<p>Obrigatória</p>	<p>Planilhas do Smartsheet Painéis gerenciais Relatório</p>	<p>02</p>	<p>12</p>	<p>02</p>	<p>06**</p>
<p>Auditoria de Monitoramento</p>	<p>Monitorar, quadrimestralmente, as medidas adotadas pelos órgãos e entidades responsáveis pela operacionalização dos Programas PRODUZIR e FOMENTAR (SIC, Sec. Economia e Goiás Fomento) acerca dos encaminhamentos propostos no Relatório do Grupo de Trabalho instituído pela Portaria Intersecretarial nº 166/2021 – CGE</p>	<p>Encaminhamentos propostos no Relatório</p>	<p>Essencial</p>	<p>Nota Técnica</p>	<p>02</p>	<p>18</p>	<p>06</p>	<p>03</p>

Auditoria de Monitoramento	Monitorar as ações propostas nas SACs e IACs emitidos nas auditorias realizadas nos Programas PRODUIZIR e FOMENTAR	26 SACs e 06 IACs, totalizando 130 ações	Essencial	Informe de Auditoria de Monitoramento	03	64	2	32
Auditoria de Monitoramento	Analisar as respostas apresentadas pelos órgãos e entidades em relação às ações emitidas nas auditorias	SACs e IACs emitidos	Essencial	Despacho	03	850	11,18	76

QUADRO 2 - Plano Operacional da Superintendência de Inspeção - Gerência de Inspeção Preventiva e Fiscalização

PLANO OPERACIONAL DA SUBCONTROLADORIA DE CONTROLE INTERNO E CORREIÇÃO – EXERCÍCIO 2022

SUPERINTENDÊNCIA DE INSPEÇÃO

1 – Gerência de Inspeção Preventiva e Fiscalização

AÇÃO	OBJETIVO	ESCOPO	TIPIFICAÇÃO	ENTREGA	QUANT. SERVIDORES	QUANT. TOTAL DE HORAS ÚTEIS	TEMPO MÉDIO DE EXECUÇÃO	AÇÕES DE CONTROLE A REALIZAR
Inspeção de acompanhamento da gestão	Manifestação prévia em licitações, aditivos contratuais e contratações emergenciais por demanda dos órgãos	Analisar os processos de licitação/chamamento/dispensa/inexigibilidade (e aditivos contratuais), verificando possíveis impropriedades / irregularidades nas documentações que integram os autos analisados	Obrigatória	Despacho	5,90	10.200	40	255
Inspeção de acompanhamento da gestão	Manifestação prévia em licitações, aditivos contratuais e contratações emergenciais escolhidos no Monitoramento Total	Analisar os processos de licitação/chamamento/dispensa/inexigibilidade (e aditivos contratuais), verificando possíveis impropriedades / irregularidades nas documentações que integram os autos analisados	Essencial	Despacho	1,39	2.400	40	60

Inspeção de acompanhamento da gestão	Reanálises em licitações, aditivos contratuais e contratações emergenciais	Analisar o cumprimento das recomendações propostas nos processos de licitação/chamamento/dispensa/inexigibilidade (e aditivos contratuais)	Obrigatória	Despacho	0,83	1.440	16	90
Inspeção de acompanhamento da gestão	Análise da composição dos membros dos conselhos e diretoria de empresas de pequeno porte	Verificar o atendimento do disposto no Decreto Estadual 9.402/2019, no que concerne à indicação dos membros do Conselho Fiscal, Conselho de Administração e Diretoria das Empresas de Pequeno Porte	Obrigatório	Despacho	0,99	1.704	24	71
Inspeção de acompanhamento da gestão / Inspeção de pessoal e folha de pagamento	Análise de regulamentos de organizações sociais	Analisar as minutas de Regulamentos de Compras e Contratação de Pessoal de Organizações Sociais, com o fito de verificar o atendimento do disposto no art. 17 da Lei 15.503/2005	Obrigatório	Despacho	0,19	320	32	10

Inspeção de acompanhamento da gestão / Inspeção de pessoal e folha de pagamento	Manifestações em SAC/IAC	Analisar a documentação apresentada pelos Órgãos e Entidades em respostas às SAC's e IAC's emitidas	Essencial	Despacho	1,78	3.072	48	64
Inspeção de acompanhamento da gestão / Inspeção de pessoal e folha de pagamento	Monitoramento	Monitorar de forma eletrônica Atividades correlatas aos atos de Gestão do Poder Executivo nas Áreas de Contratação de Serviços e Bens, Recursos Humanos, Convênios, Subvenções e outros	Essencial	Planilha	0,06	118	2	59
Inspeção de acompanhamento da gestão / Inspeção de pessoal e folha de pagamento	Inspeções	Verificar a conformidade dos atos de Gestão do Poder Executivo nas áreas de Contratação de Serviços e Bens, Recursos Humanos, Convênios, Subvenções e outros	Essencial	Boletim de Inspeção ou Despacho	4,08	7.050	150	47

Inspeção de acompanhamento da gestão / Inspeção de pessoal e folha de pagamento	Outras demandas	Orientações e respostas a consultas, bem como outras ações não elencadas anteriormente	Desejável	Nota Técnica ou Despacho	2,78	4.800	32	150
TOTAL					18,00	31.104		806

QUADRO 2 - Plano Operacional da Superintendência de Inspeção - Gerência de Inspeção de Contas

PLANO OPERACIONAL DA SUBCONTROLADORIA DE CONTROLE INTERNO E CORREIÇÃO – EXERCÍCIO 2022

SUPERINTENDÊNCIA DE INSPEÇÃO

2 – Gerência de Inspeção de Contas

AÇÃO	OBJETIVO	ESCOPO	TIPIFICAÇÃO	ENTREGA	QUANT. SERVIDORES	QUANT. TOTAL DE HORAS ÚTEIS	TEMPO MÉDIO DE EXECUÇÃO	AÇÕES DE CONTROLE A REALIZAR
Inspeção das contas públicas	Análise de Tomadas de Contas Especial	Verificar o atendimento da Resolução nº 16/2016 - TCE/GO e emitir diligência ou relatório e certificado	Obrigatória	Relatório e Certificado de Tomada de Contas Especial	2	3.430	59,14	58
Inspeção das contas públicas	Análise de Prestação de Contas das Organizações Sociais	Verificar o atendimento da Resolução nº 13/2017 - TCE/GO	Obrigatória	NT - Nota Técnica	4,00	7.072	100,00	71
Inspeção das contas públicas	Inspeções nos controles internos de Adiantamentos SSP e Fundo Rotativo da SES	Verificar a conformidade dos atos de Gestão do Poder Executivo	Desejável	NT - Nota Técnica	0,20	354	176,80	2
Inspeção das contas públicas	Emissão de relatório de certificação das Contas anuais dos órgãos, entidades e empresas públicas	Emitir relatório do órgão central de controle interno das Contas anuais dos órgãos, entidades e empresas públicas em atendimento a Resolução nº 05/2018 - TCE/GO	Obrigatória	Relatório de Auditoria e Certificado de Auditoria das Contas	1,51	2.664	49,34	54
Inspeção das contas públicas	Análise da Prestação de Contas anual de Convênios e demais ajustes	Registrar Prestação de Contas anual de Convênios e demais ajustes	Obrigatória	Registro de Prestação de Contas de Convênios	0,35	619	1,77	350

Inspeção das contas públicas	Análise formal do relatório de Gestão Fiscal (RREO/RGF) - bimestral	Analisar os aspectos formais do relatório de Gestão Fiscal (RREO/RGF) - bimestral/quadrimestral	Obrigatória	Análise das contas públicas	0,25	442	44,20	10
Inspeção das contas públicas	Análise da conformidade dos processos de pagamento de DEA e Restos a Pagar	Verificar o atendimento disposto no Anexo I do Decreto nº 9.561/2019 e suas alterações.	Obrigatória	Despacho	0,60	1.061	6,98	152
Inspeção das contas públicas	Inspeção das Contas do Governador - anual	Emitir relatório do órgão central de controle interno das Contas anuais do Governador em atendimento Resolução nº 07/2018 - TCE/GO	Obrigatória	Emissão de relatório das contas do Governador	0,50	884	884,00	1
Inspeção das contas públicas	Inspeções diversas	Verificar a conformidade dos atos de Gestão do Poder Executivo	Desejável	Boletim de Inspeção ou Despacho	0,25	442	44,20	10
Inspeção das contas públicas	Inspeção de Contas Fundo Protege	Verificar a conformidade dos atos de Gestão dos Processos de despesas do Fundo Protege	Obrigatória	NT - Nota Técnica	0,10	177	58,93	3
Inspeção das contas públicas	Auditoria Financeira	Analisar relatórios financeiros, contábeis e contas do Governador visando fornecer razoável segurança da fidedignidade dos dados.	Obrigatória	NT - Nota Técnica	0,60	1061	1060,80	1
Cursos de Capacitação	Cursos de Capacitação	Atualização dos servidores em suas áreas de atuação	Desejável	Certificado	0,30	536	48,70	11
Inspeção das contas públicas	Coordenação das atividades	Desenvolver o Planejamento, controle e coordenação das atividades da Gerência.	Obrigatória	Diversos	0,40	707	707,20	1

QUADRO 3 - Plano operacional do Grupo Especial de Auditoria e Inspeção em Contratos - GEIC

PLANO OPERACIONAL DA SUBCONTROLADORIA DE CONTROLE INTERNO E CORREIÇÃO – EXERCÍCIO 2022

GRUPO ESPECIAL DE AUDITORIA E INSPEÇÃO DE CONTRATOS

AÇÃO	OBJETIVO	ESCOPO	TIPIFICAÇÃO	ENTREGA	QUANT. SERVIDORES	QUANT. TOTAL DE HORAS ÚTEIS	TEMPO MÉDIO DE EXECUÇÃO	AÇÕES DE CONTROLE A REALIZAR
Auditoria	Verificar se a execução contratual cumpre as políticas, planos, normativos legais, contratos e outros documentos que regem sua gestão.	Formular recomendações, orientações e comentários, usando a avaliação de risco como base, com o objetivo de contribuir para melhoria da eficácia da gestão do contrato.	Essencial	Informe de Auditoria - IA, Informativo de Ação Controle - IAC, Solicitação de Ação Corretiva - SAC	6	1.184	592	2
	Monitorar o atendimento das recomendações das ações de controles emitidas nas IAC's e SAC's	Garantir a efetividade das recomendações das ações de controle.	Desejável	Despacho	11	1.880	47	40

	Realizar pesquisa para identificar o perfil dos gestores e fiscais de contrato dos órgãos e entidades do Estado de Goiás.	Avaliar as características dos gestores e fiscais de contrato do Estado de Goiás, bem como os controles utilizados, problemas enfrentados e recursos disponibilizados para a realização de sua atividade.	Desejável	Perfil do Gestor e Fiscal de Contrato	3	120	2,5	48
Inspeções de Acompanhamento de Gestão	Análise da conformidade dos contratos e aquisições vigentes (Gestão, Execução e Fiscalização)	Identificar possíveis fragilidades de forma a evidenciar melhorias necessárias na gestão contratual.	Essencial	Boletim de Inspeção - BI IAC SAC	11	9.300	387,50	24
Consultorias	Auxiliar os órgãos e as entidades do Poder Executivo Estadual, através de assessoramento e facilidades, na área de gestão e fiscalização contratual.	Agregar valor à organização e melhorar seus processos de governança, de gestão de riscos e de controles internos, principalmente em relação à execução contratual.	Desejável	Nota Técnica, IAC	11	3.108	518	6
	Realização de Treinamentos junto aos órgãos e entidades do Estado de Goiás, principalmente aos gestores de contrato.	Disseminar conhecimento e boas práticas, na gestão e fiscalização contratual.	Desejável	Seminário	12	960	960	1

		CGE nos órgãos (Treinamento) - realização de palestras nos órgãos sobre gestão e fiscalização contratual	Desejável	Palestras - CGE nos órgãos - Contrato	6	320	32	10
--	--	---	-----------	---	---	-----	----	----

QUADRO 4 – Ações sugeridas pelos Stakeholders e incorporadas ao POAC

PLANO OPERACIONAL DA SUBCONTROLADORIA DE CONTROLE INTERNO E CORREIÇÃO – EXERCÍCIO 2022

Ações sugeridas pelos Stakeholders – Vide Anexo VIII